

1.2 • Conjuntura internacional

18.º Congresso PCC: o fim de uma era

Luís Cunha

PODE TER SIDO A SEMANA QUE MUDOU A CHINA. Tudo depende da forma como se interpretam as conclusões do 18.º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), que assinalou a transição para a quinta geração a chegar ao poder em Pequim. A generalidade dos observadores vê em Xi Jinping, e seus acólitos no Comité Permanente do Politburo, os potenciais obreiros da vaga reformista ambicionada para o sistema político chinês. Contudo, ler nas folhas de chá tem vindo a revelar-se um exercício fútil no que diz respeito à evolução do modelo de desenvolvimento adoptado pela elite política chinesa.

Se é verdade que surgiram apelos ao *alerta total* dos 82 milhões de militantes para alguns dos graves problemas que corroem o PCC – com destaque para a corrupção endémica – não é menos verdade que o opaco figurino leninista continua a comandar o *modus operandi* da maior organização política do mundo. A liturgia do poder foi mais uma vez encenada dentro do rigoroso guião previamente estabelecido, e grande parte das disfuncionalidades desencadeadas pela meteórica ascensão chinesa foram expostas abertamente. Hu Jintao chamou a atenção para a necessidade de *reformatar a estrutura política*. Mas como frisou Lucian Pye, *o fosso entre as palavras e as acções, entre as doutrinas teóricas e a prática, é maior na cultura política chinesa do que em qualquer outra cultura*¹. A reforma deverá ser assim entendida como melhoria do sistema vigente, isto é, tendo em vista a simplificação da organização, redução da burocracia e maior eficiência administrativa. À luz do centralismo democrático característico de um Partido-Estado.

Na realidade a Constituição da República Popular da China transmite a ideia de um Estado onde o primado da Lei, os direitos cívicos, e até a democracia, são valores fundamentais, mas essa leitura

esbarra com o *status quo*, construído à imagem de um sistema autocrático totalmente dominado pelo PCC. É de notar que, abstraindo a referência inscrita no preâmbulo da Constituição, o PCC não tem sequer existência legal ou registo como organização². Mais que um Partido, é uma entidade transversal e omnipresente em todos os cantos da sociedade chinesa. *A democracia chinesa é uma democracia popular sob a liderança do Partido Comunista Chinês* – lê-se no livro branco dedicado à *construção da democracia política na China*, publicado pelo Conselho de Estado.

Longe vão os tempos em que Deng Xiaoping fazia saber que *o Partido deverá liderar bem, mas as suas funções principais deverão estar separadas do Governo. Contudo, ao reformarmos a nossa estrutura política não devemos imitar o Ocidente e não devemos permitir a liberalização*³. Os acontecimentos de Tiannanmen deitariam por terra quaisquer veleidades reformistas. Actualmente, apenas a segunda parte da asserção de Deng continua válida. Foi pois, sem qualquer surpresa, que o Congresso fez questão de reafirmar a aversão da elite política chinesa à matriz pluripartidária, com divisão de poderes, típica das democracias ocidentais.

A sede do poder

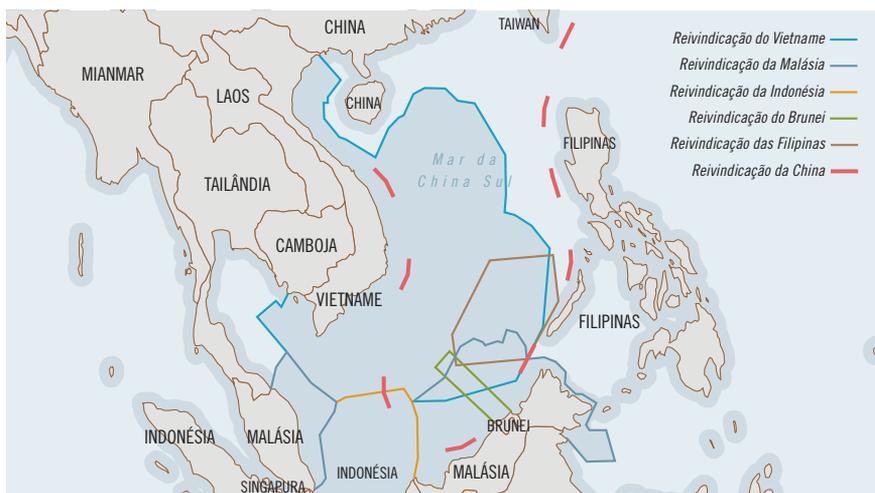
Com uma média etária a rondar os 64 anos, a quinta geração a ascender ao núcleo duro do processo decisório não prima pela juventude ou inexperiência nos círculos do poder. Prevalecem os tecnocratas conservadores, produto do sistema oligárquico. É uma geração de transição, uma vez que cinco dos sete elementos do Comité Permanente do Politburo serão substituídos no próximo Congresso do PCC (2017). Só então Xi terá alguma margem – já sem a presumível influência de Jiang Zemin, a cuja *facção de Xangai*

estará de resto filiado – para escolher os elementos que o acompanharão na segunda metade do seu mandato. Na nova liderança predominam os economistas, em detrimento dos engenheiros, o que pode ser entendido como uma aposta na necessária reforma estrutural da economia chinesa. O PCC esforça-se por fazer passar a ideia de que a meritocracia está na base da escolha dos líderes máximos do país.

O grande protagonista do 18.º Congresso do PCC foi o ex-Presidente Jiang Zemin, que fez questão de marcar presença no conclave, chamando a si os holofotes da ribalta e até condicionando as escolhas para o Comité Permanente do Politburo. Tratou-se de uma manobra política artilosa e com alta visibilidade, tendo em vista tirar *face* a Hu Jintao, manifestar o desagrado pelo seu desempenho e reduzir-lhe a influência nas disputas internas visando a nomeação de protegidos para o centro do poder. Daqui parece resultar evidente que os jogos palacianos continuam a fazer parte do delicado equilíbrio entre facções, mostrando assim que a sede do poder encontra-se menos institucionalizada do que o PCC pretendeu mostrar ao longo dos últimos anos. Terá sido um retrocesso assinalável para um Partido que fez das transições pacíficas uma das suas bandeiras para a estabilidade sociopolítica. Não menos importante foi a imediata assumpção da Comissão Militar Central (CMC) por parte de Xi Jinping, um líder bem conhecido do Exército Popular de Libertação (EPL). Recorde-se que o EPL, um grupo de interesse insuflado durante o consulado de Hu Jintao, deve obediência constitucional ao PCC. Num delicado contexto geopolítico, em que a China reafirma interesses estratégicos no Mar da China Meridional e Mar da China Oriental, alimentando tensões regionais, é facilmente perceptível que Xi quisesse assumir desde logo a jurisdição plena sobre a CMC. O poder, frisava Mao, está na ponta da espingarda.

Fim do Império do Meio

A elite que chega ao núcleo central do poder na China tem pela frente uma tarefa ciclópica. O programa desenvolvimentista lançado por Deng e fielmente executado por Jiang Zemin e Hu Jintao corresponde a um ciclo que estará esgotado. O actual plano quinquenal é claro sobre essa matéria. Embora Hu tenha optado pelo reforço do capitalismo de Estado, apertado controlo dos média, ciber-policamento e negação de reformas políticas, na década que comandou os destinos da China o crescimento económico foi fulgurante, ultrapassando o registado nos consulados dos seus antecessores. Porém, ao contrário da teoria científica que Hu advogou, a sociedade chinesa é hoje menos harmoniosa e os sinais de insatisfação



Disputas no Mar da China Meridional.

Fonte: <http://www.nytimes.com/interactive/2012/05/31/world/asia/Territorial-Claims-in-South-China-Sea.html>

a nível popular e na blogosfera são crescentes. Acresce que o nacionalismo, a ideologia utilitária, e a economia, entram por vezes em confronto, como é ilustrado nas tensões recorrentes face ao Japão. Em consequência, há quem sustente que as condições para a eclosão de uma nova crise, semelhante à de Tiananmen, estão maduras⁴.

De facto, os danos colaterais são numerosos e ameaçam fragilizar a estabilidade social, sem a qual o PCC terá sérias dificuldades em manter o poder. As assimetrias sociais e regionais são profundas e o fosso entre os privilegiados e os excluídos da roda da fortuna não pára de aumentar. A degradação ambiental ameaça transformar a China num enorme pulmão negro. Alimentar um quinto da população mundial, num país onde os terrenos aráveis são cada vez mais escassos, é um desafio suplementar para a liderança. A economia terá que enveredar pela inovação tecnológica e em direcção aos serviços, sector que compõe o grosso do tecido económico nos países desenvolvidos. A China tenta fugir à *arm adilha* do rendimento médio, isto é, a uma situação de impasse em que o modelo do passado – assente em exportações, mão-de-obra intensiva e delapidação ambiental – está gasto, e o futuro, construído à base de inovação e tecnologias *verdes*, ainda não é uma realidade sedimentada. A nível geopolítico assiste-se ao fim do *low profile* recomendado por Deng. A par de uma assinalável campanha de charme construída em torno do *soft power*, a China dispõe cada vez mais dos clássicos instrumentos do *hard power*. É a segunda economia mundial e a primeira exportadora, mas é igualmente a segunda potência, a seguir aos EUA, que mais despense em orçamento militar. A tese da ascensão pacífica começa a perder credibilidade, principalmente na Ásia-Pacífico, onde vários actores internacionais acusam a China de alimentar ambições hegemónicas.

“
A ascensão chinesa coincide com um relativo declínio do Ocidente, tornando ainda mais instável o delicado equilíbrio geopolítico entre os EUA e a China.
”

É neste contexto que importa sublinhar a declaração de intenções expressa no Congresso do PCC, admitindo desabridamente que a China aspira a ser uma potência marítima. Os indícios eram já evidentes, uma vez que a marinha chinesa, crescentemente poderosa, navega cada vez mais em direcção à periferia, abrangendo o Pacífico ocidental e, presumivelmente, o Índico. O Pentágono admite que a China construirá, nos próximos anos, dois a três porta-aviões que se juntarão ao primeiro vaso de guerra do género, já a navegar. A China nunca foi uma potência dos mares e as efémeras explorações marítimas, iniciadas no século XV, não vingaram por decisão imperial.

OS LIMITES DO G2

Quando Barack Obama concluiu os seus estudos em Direito, Xi Jinping desempenhava o cargo de secretário do PCC no Comité Municipal da província de Fuzhou. O futuro presidente dos EUA dedicou os anos seguintes ao activismo cívico e à conquista de um lugar no Senado norte-americano. Xi prosseguiu o seu tirocínio político, assumindo cargos de destaque nas províncias, via-sacra para os dirigentes que ambicionam ascender à cúpula do Partido-Estado. Quis o destino que o advogado dos direitos cívicos e o doutorado em marxismo se encontrassem um dia na qualidade de líderes das maiores potências mundiais.

A história do século XXI será marcada pela mais importante relação bilateral global. O poder é sempre relativo, por isso há que ter em conta múltiplas variáveis na leitura do atípico condomínio construído pelos EUA e China – um G2 não assumido, mas cada vez mais visível. Tudo dependerá do modo como os EUA irão gerir o seu declínio relativo, contrabalançado pela ascensão da China, a potência desafiante. No plano económico os dados falam por si: os EUA têm uma dívida pública de 16 biliões de dólares; a China regista uma dívida orçamental que não ultrapassa os 2 % e detém 3 trilhões de dólares em reservas cambiais. Há 30 anos consecutivos que os EUA vêm aumentando o défice comercial com a China, orçado em 300 biliões de dólares. O FMI, a OCDE e o Banco Mundial são unânimes ao preverem que a economia chinesa ultrapassará a norte-americana entre 2017 e 2030. Em 2012 a China foi, pela primeira vez desde 2003, o 1.º destinatário do investimento directo estrangeiro a nível mundial, ultrapassando os EUA. Mas, em rigor, Pequim já não depende do investimento estrangeiro. Cada vez mais auto-confiante e assertiva, a China transforma agora recursos económicos em poder estratégico. Ambiciona ser uma potência marítima e recuperou reivindicações territoriais adormecidas, comprometendo desse modo a teoria da ascensão pacífica. A co-evolução entre o G2 informal, advogada por Kissinger, tem futuro incerto.

Por outro lado, a China não esqueceu que o *século de humilhações* teve início nas conquistas por mar levadas a cabo pelas potências coloniais. É, de resto, esse fardo da história que estará na origem do regresso da China à primeira linha das potências globais. Mais importante do que as diferentes leituras sobre o eventual pendor reformista da nova liderança chinesa, o ano de 2012 pode ficar registado na história contemporânea da China como aquele em que foi decretada a morte da velha potência continental – o Império do Meio.

Autoritarismo flexível

Face a este novo cenário, estaremos agora perante a China 3.0, isto é, no início de um novo ciclo de 30 anos, de acordo com o estudo divulgado por um *think tank* europeu⁵. Uma espécie de renascimento com características chinesas, que procura uma nova via de afirmação, sempre distante dos modelos ocidentais. No limite, o sistema admitirá uma mitigada democracia popular, mas rejeitando liminarmente o sufrágio universal.

Nas suas obras, Samuel P. Huntington e Bertrand Badie chamaram a atenção para a capacidade adaptativa dos partidos autoritários. O PCC será o melhor exemplo dessa adaptabilidade, ou não tivesse feito do branqueamento ideológico a via escolhida para a afirmação económica, permitindo desse modo transformar a China na campeã da globalização. Todavia, terá chegado a uma encruzilhada histórica, esperando-se que a nova liderança defina a anunciada reforma política. Não sendo de excluir, teoricamente, que a China enverede pelo longo caminho de transição, que ao cabo de 15 anos conduziu à democratização de Taiwan, é mais provável que seja o modelo de Singapura, baseado num autoritarismo flexível, aquele que será consolidado a médio prazo.

A tensão bipolar

O novo ciclo da afirmação geopolítica chinesa terá que lidar com as tensões decorrentes de uma maior projecção do poder a nível mundial. Mas o estatuto de grande potência acarreta responsabi-

lidades e riscos ainda não plenamente assumidos pela China. Os sinais oriundos de Pequim têm sido mistos.

Desde 2008 que a China vem praticando uma política progressivamente assertiva, o que terá levado os EUA a reforçarem as ligações aos seus aliados na região do Pacífico. Da Índia ao Japão os actores regionais preparam-se para o novo fenómeno geoestratégico. Outros assumem que este vai ser o *século da Ásia*, como a Austrália, e contemporizam com a ascensão chinesa. Em todo o caso, a Ásia já investe mais em armamento do que a Europa.

A ascensão chinesa coincide com um relativo declínio do Ocidente, tornando ainda mais instável o delicado equilíbrio geopolítico entre os EUA e a China. Alguns dos maiores parceiros comerciais da China são, simultaneamente, aliados militares dos EUA. E sendo certo que a política externa é condicionada por factores internos, é de esperar que a projecção do poder chinês sirva para amenizar fragilidades intrínsecas do sistema político tutelado pelo PCC. Tudo indica que a etapa encetada pela nova liderança chinesa será marcada por uma competição mais acérrima no palco internacional.

Neste contexto, estarão criadas as condições para testar a teoria da transição de poderes, que vê na paridade entre a potência dominante e a potência desafiante o teste de stress definitivo. ■

Notas

¹ PYE, Lucian W. — *Asian Power and Politics – The Cultural Dimensions of Authority*. Harvard University Press, 1985, p. 204-5.

² Cf. MCGREGOR, Richard — *The Party, The Secret World of China's Communist Rulers*. Harper Perennial, New York, 2012.

³ XIAOPING, Deng — *On Reform of the Political Structure*. September-November 1986. <http://english.peopledaily.com.cn/dengxp/vol3/text/c1570.html>

⁴ MINXIN, Pei — “Signs of a New Tiananmen in China”. *The Diplomat*, 4 April 2012. <http://the.diplomat.com/2012/04/04/signs-of-a-new-tiananmen-in-china/>

⁵ LEONARD, Mark (ed.) — *China 3.0*. European Council on Foreign Relations, November, 2012.